



Ministério do Desenvolvimento
Social
Comissão Intergestores Tripartite



160ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

08 de novembro de 2017

INFORMES DO MDS

1. Atendimento a Povos Ciganos no SUAS

A Coordenação Geral de Ações Complementares, do Departamento de Proteção Social Básica, produziu o informativo **“Atendimento a Povos Ciganos no SUAS”** para apoiar os profissionais do SUAS, em especial os dos CRAS, no atendimento às famílias e comunidades ciganas, e para aprimorar as ações da SNAS na qualificação do serviço prestado.

O documento, que teve contribuições de técnicos da SNAS e de outras secretarias, traz questões sobre as especificidades dos povos ciganos, propiciando maior visibilidade a esta população, garantindo o acesso a benefícios, serviços e direitos, além de auxiliar no combate à discriminação e ao preconceito.

O link disponível no site do MDS é http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/informe/Povos_Ciganos.pdf

Reforçamos a colaboração na promoção da Política Nacional de Assistência Social e na participação da gestão compartilhada do SUAS no campo da proteção social brasileira.

2. Câmara Técnica sobre os Serviços de Acolhimento no SUAS

Conforme pactuado na 157ª Reunião da Comissão Intergestores Tripartite – CIT, foi estruturada uma Câmara Técnica sobre os Serviços de Acolhimento no SUAS com o objetivo de discutir questões relativas aos Serviços de Acolhimento para Pessoas Idosas, para Adultos e Famílias e para Pessoas com Deficiência, dada a importância de um debate de aprimoramento dos serviços de acolhimento.

São componentes da Câmara Técnica

MDS: DPSE, DGSUAS, DPRSP, DBA, FNAS

FONSEAS e CONGEMAS

A Primeira reunião ocorreu no dia 04 de agosto de 2017 onde ficou pactuado que o primeiro tema a ser aprofundado seria o “Serviço de Acolhimento para Pessoas Idosas”, em seguida o Serviço de



Ministério do Desenvolvimento Social
Comissão Intergestores Tripartite



Acolhimento para Adultos e Famílias e posteriormente Serviços de Acolhimento para Pessoas com Deficiência.

Na primeira reunião houve explanação geral dos três temas definidos pela CIT para serem discutidos no âmbito da Câmara Técnica Serviços de Acolhimento, ou seja, pessoas idosas, pessoas em situação de rua e pessoas com deficiência.

Foi um espaço para apresentação pelos Departamentos da SNAS (DPSE/DRSP/DGSUAS/DBAP/FNAS) de dados gerais relacionados aos públicos citados para conhecimento coletivo da situação de cada um deles no âmbito do SUAS, assim como dados levantados pelo CONGEMAS e FONSEAS onde puderam expor quais as expectativas, os desafios encontrados, os gargalos, como tem sido lidar no dia a dia com essa demanda, com a judicialização, com a rede, como essa rede está estruturada, como é essa relação com as outras políticas, dentre outros pontos que foram debatidos pelos presentes no decorrer da reunião.

Nos encaminhamentos, foi definido por consenso que o Serviço de Acolhimento para Pessoas Idosas seria o primeiro tema a ser estudado/aprofundado por ser a maior rede de acolhimento e com forte interface com a saúde com o objetivo de produzir subsídios e propostas para apresentação e pactuação na CIT e posterior aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Vale destacar que 1.183 municípios possuem acolhimento para pessoas idosas, o que representa apenas 20% dos municípios brasileiros, com aproximadamente 60 mil pessoas idosas acolhidas. Justificando assim, a necessidade de trabalhar a desinstitucionalização/reordenamento desses serviços para condições mais dignas de acolhimento para essas pessoas.

Ficou também definido o calendário das reuniões sobre o tema “pessoas idosas”, ou seja, 14 e 15 de setembro; 05 e 06 de outubro; 06 e 07 de novembro com informe à CIT de 08 de novembro.

A segunda reunião ocorreu no dia 14 e 15 de setembro de 2017 contando com apresentações de dados e cenários específicos relacionados à pessoa idosa, no âmbito do SUAS e SUS, contando com a participação de representantes convidados do Ministério da Saúde, do Ministério dos Direitos Humanos/Diretoria da Pessoa Idosa e Departamentos da SNAS e da SNPDM/MDS, onde por consenso ficou definida a necessidade da construção de um documento orientador sobre o serviço, com definição de competências entre as políticas de assistência social e saúde, construção de Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária para as pessoas idosas, articulações entre outras políticas públicas e para isso foram tirados os seguintes encaminhamentos:

Criação grupos de trabalho para discussão e produção de subsídios para a reunião de 05 e 06 de outubro, conforme segue:

Os Grupos ficaram organizados da seguinte forma:

1. Conceitos, Metodologia e Relação dos Serviços de Acolhimento com benefícios e os demais Serviços do SUAS.

Andréia (CONGEMAS), Tatiane (FONSEAS), Maria/Renan (DBAP), Niusarete (DPSE)



2. Relação SUS e SUAS e com outras políticas, programas e serviços.

Aguinaldo (CONGEMAS), Mônica (FONSEAS), Karoline (DGSUAS), Niusarete (DPSE)

3. Custeios, Recursos Humanos e Infraestrutura.

Magali (CONGEMAS), Cinthia (DGSUAS), Bruna (FNAS), Douglas (DRSP), Jesielle (FONSEAS)

Ficou acordado também o convite à ANVISA para uma apresentação sobre a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC e sua aplicação na fiscalização/orientação aos serviços de acolhimento, uma vez que se noticiou a intenção daquela agência em revisar a referida norma. Foi definido também que o CNDI seria convidado para falar da Política Nacional da Pessoa Idosa e as ações daquele Conselho.

Na Terceira Reunião, ocorrida nos dias 05 e 06 de outubro, houve a reunião dos grupos de trabalho definidos para consolidação das contribuições sobre os temas propostos anteriormente, na perspectiva de subsidiar a elaboração das orientações técnicas do serviço de acolhimento institucional da pessoa idosa.

Ficou clara a necessidade de nivelamento de informações sobre as competências institucionais para oferta desse serviço, o que demandou explanações de diversos atores que compõem esse cenário, principalmente em âmbito federal.

Os debates provocaram reflexões:

- A característica híbrida do serviço (SUS x SUAS)
- Necessidade de articulação entre CITs (SUAS e SUS), entre CIBs (SUAS e SUS), questões de diálogo entre trabalhadores, dentre outros.
- Em se tratando da relação com a saúde, observou-se a necessidade de pautar a CIT da saúde para reunião conjunta, visando produção de Protocolo conjunto e de discussão e definição sobre unidades mistas.
- A gestão dos serviços de acolhimento para pessoas idosas - ofertado no SUAS com regulação e fiscalização também do SUS;
- Reflexões sobre violência institucional e familiar, gênero e orientação sexual;
- Discutir a RDC/ANVISA, a Portaria do então MPAS - 73/2001, as Resoluções 13/2008 e 33/2017, ambas do CNDI, visando seu aprimoramento ou revogação;

Outras questões estão emergindo a partir das discussões, dentre elas:

- Perfil do público usuário do serviço (renda, violação de direitos, abandono, etc).
- Aprofundar a discussão sobre modalidades de serviço, de acordo com demandas e especificidades locais.
- Novas estratégias para municípios de pequeno porte I e II, para além da Regionalização.
- Qualificar os profissionais do serviço pensando na Assistência Social, na proteção e dignidade do usuário, não só nas regras da ABNT.
- Relação público-privado.



Ministério do Desenvolvimento Social
Comissão Intergestores Tripartite



- Uso do BPC pelas unidades de acolhimento.

Quarta reunião – 06 e 07 de novembro

- Consolidação de novas contribuições pelos componentes dos grupos compondo já um robusto documento.
- Construção de Informe para CIT.
- Realização de reunião em 25 e 26 de janeiro de 2018. Também para definição de calendário de reuniões para 2018.
- Reunião em fevereiro para apresentação e discussão com os parceiros no sentido de agregar valor ao documento definindo os papéis de cada órgão/ente - e apresentação à CIT para avaliação com vistas à consulta pública.

3. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizou nos dias 30 e 31 de outubro de 2017 o IV Encontro Nacional do PETI. O evento contou com a participação de mais de 140 representantes estaduais das seguintes áreas: Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho, Conselho dos Direitos das Crianças e Adolescentes, Associação de Conselheiros Tutelares e Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil.

O encontro teve como objetivo avaliar os 21 anos do Programa e aperfeiçoar a gestão do PETI nos Estados, reforçando o papel dos entes federados na articulação das políticas intersetoriais para a consolidação de estratégias de enfrentamento do trabalho infantil, apresentando um balanço da execução das ações executadas pelas políticas nos últimos anos e a construção de uma agenda de compromisso entre as políticas públicas, sociedade civil e demais atores para acelerar a redução de trabalho infantil no Brasil.

No Encontro Nacional do PETI também foi discutido sobre a participação do Brasil na IV Conferência Global sobre Trabalho Infantil, que será realizada em Buenos Aires nos dias 14 a 16 de novembro de 2017, a fim de envidar esforços para a erradicação sustentável do trabalho infantil em todas as suas formas, conforme estabelecido no Objetivo 8.7 das Metas de Desenvolvimento Sustentável. O Brasil é reconhecido internacionalmente pelos resultados alcançados na erradicação do trabalho infantil, mas ainda se faz necessário fortalecer as estratégias e políticas públicas para o cumprimento da meta de erradicar o trabalho infantil até 2025.

4. Termo de Aceite para o Centro Dia

Os municípios que fizeram adesão ao cofinanciamento federal do Centro-dia para crianças de 0 a 6 anos com microcefalia e outras deficiências terão até dezembro de 2017 para demonstrar a



**Ministério do Desenvolvimento
Social**
Comissão Intergestores Tripartite



implantação do Serviço. Os municípios de Campina Grande/PB, Salvador/BA e São Luiz/MA já indicaram possíveis datas de inauguração entre o mês de novembro e início do mês de dezembro. O MDS está em articulação constante com os municípios para a conclusão do processo de implantação até o final do ano.

5. Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos (MDH) está desenvolvendo o Curso de Formação: **“Núcleo Básico para o Serviço de Proteção a Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Sistema Único de Assistência Social”**. O mesmo é destinado a 1.000 profissionais que atuam com a temática da medida socioeducativa em meio aberto nos municípios de todo o Brasil. Este curso será executado tendo como proposta curricular a do Núcleo Básico da Escola Nacional de Socioeducação.

Divulgação: a partir de 10 de outubro de 2017.

Período de inscrições: de 01 a 30 de novembro de 2017.

Link de acesso:

http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/index.php?option=com_content&view=article&id=263